

A importância das **áreas científicas** em cursos de licenciatura em **Turismo**

MANUEL ANTÓNIO BRITES SALGADO * [manuelsalgado@ipg.pt]

CARLOS MANUEL MARTINS DA COSTA ** [ccosta@ua.pt]

FERNANDO MANUEL FLORIM RIBEIRO DE LEMOS *** [fflemos@ispgayga.pt]

LUÍS MANUEL MENDES CORREIA **** [lmc@eu.ipp.pt]

Resumo | O estudo afere sobre a situação atual da educação em Turismo no ensino superior em Portugal, interpretando as mudanças que estão a ocorrer nos processos educativos após a plena implementação do Processo de Bolonha (PB). Assim, o objetivo principal é o de conhecer essas mudanças, bem como as decorrentes da utilização mais recente dos sistemas de avaliação e acreditação nos cursos de 1.º ciclo nesta área do conhecimento científico. A análise da contribuição dos sistemas de avaliação e acreditação da oferta formativa na área do Turismo pode permitir perspetivar a evolução futura desta área científica, também nos restantes níveis de ensino, com vista a compreender a sua articulação vertical, sobretudo com os cursos de 2.º e 3.º ciclos. A metodologia de pesquisa baseia-se essencialmente na análise de dados secundários recolhidos para o efeito no *site* da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), decorrente da necessidade de examinarmos transversalmente algumas variáveis científicas e curriculares dos cursos selecionados, com o intuito de compreender a natureza científica do Turismo, sobretudo criando uma perspetiva holística de reflexão sobre os resultados dos processos de avaliação e de acreditação desenvolvidos pela A3ES. O desenvolvimento curricular e a qualidade da formação, neste domínio científico, dependem também da ponderação das várias áreas científicas, que contribuem para a estruturação dos *curricula* de licenciatura, pelo que será possível equacionar a importância relativa de cada uma e o modelo adotado pela instituição.

Palavras-chave | Ensino superior, Turismo, Avaliação, Acreditação.

Abstract | The study assesses the current situation in tourism studies in higher education in Portugal, interpreting the changes that are occurring in the educational processes after full implementation of the Bologna Process. Thus, the main objective is to meet these changes as well as those arising from the more recent use of evaluation and accreditation systems in the courses of the 1st cycle of scientific knowledge in this area. The analysis of the contribution from the evaluation and accreditation systems of the training offer in tourism can allow perspective future progress in this scientific area, also

* Doutor em Turismo pela Universidade de Aveiro. Professor Adjunto no Instituto Politécnico da Guarda e Membro da UDI/IPG, do GITUR e do GOVCOPP.

** Doutor em Turismo pela Universidade de Surrey. Professor Catedrático na Universidade de Aveiro e Membro da GOVCOPP.

*** Mestre em Administração Pública pela Universidade do Minho. Professor Adjunto no Instituto Superior Politécnico de Gaya e Membro do GOVCOPP.

**** Mestre em Gestão e Desenvolvimento do Turismo pela Universidade de Aveiro. Assistente no Instituto Politécnico do Porto e Membro do CIEFGEI.

in other levels of education in order to understand its vertical articulation, especially with courses in 2nd and 3rd cycles. The research methodology is based mainly on the analysis of secondary data collected for this purpose from the A3ES site, due to the need to examine across some scientific curriculum and courses of selected variables in order to understand the scientific nature of tourism, especially creating a holistic perspective of reflection on the results of the assessment and accreditation processes developed by A3ES. Curriculum development and quality of training, in this scientific field, also depend on the weighting of the various scientific areas that contribute to the structuring of curricula of a degree, so it is possible to equate the relative importance of each and the model used by an institution.

Keywords | Higher education, Tourism, Assessment, Accreditation.

1. Introdução

O presente estudo pretende analisar e discutir o nível de importância de cada área científica (AC) nos *curricula* da área do Turismo no contexto do Ensino Superior (ES) Português. Assim, o principal objetivo é proceder a uma reflexão sobre a oferta formativa em Turismo ao nível dos cursos de 1.º ciclo do ES.

A estrutura do trabalho possui quatro partes principais, começando por considerar, segundo vários autores, a importância das AC na educação em Turismo (secção 1) passando pela apreciação do papel da avaliação e acreditação de cursos em Turismo (secção 2), que decorreu no ano letivo transato sobre o universo desses cursos, criando expectativas diversas nos agentes educativos do ES. No seguimento, analisa-se o perfil dos cursos superiores em Turismo (secção 3), de modo a compreender o nível de adequação existente na realidade do nosso sistema de ES. Por fim, estudam-se indicadores relevantes para conhecer a estrutura científica dos cursos de 1.º ciclo em Turismo em Portugal (secção 4), sobretudo a partir do estudo de Salgado (2007), que caracterizou o sistema de ES até à implementação do PB, permitindo agora comparar com uma amostra dos cursos atualmente acreditados.

Creemos que o conhecimento das várias AC e a sua ponderação nos cursos de 1.º ciclo, que receberam acreditação plena em 2013 pela A3ES, pelo período de cinco anos, poderão dar importantes pistas em termos dos modelos de desenvolvimento

curricular e de qualidade da formação, com o intuito de ajudar a pensar melhor os processos de reestruturação curricular que se encontram em apreciação nos restantes cursos, que estão numa situação de acreditação condicional. No seguimento, este conhecimento pode ajudar a perspetivar uma estratégia a seguir no modelo educativo, em termos das áreas científicas e seus pesos nos *curricula*, que tenha por base o estudo das licenciaturas acreditadas. Assim, a revisão da literatura ajuda a compreender qual deveria ser a natureza de um curso de 1.º ciclo em Turismo, que poderia ser tendencialmente mais generalista e depois aprofundado a nível de mestrado, no qual a diversidade de abordagens e designações de cursos seria melhor justificável.

A metodologia de pesquisa baseia-se essencialmente na análise de dados secundários, sobretudo pela necessidade de examinarmos transversalmente algumas variáveis curriculares dos cursos e suas AC, com o intuito de compreender a realidade existente nas Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo criando uma perspetiva holística com base na reflexão sobre os processos de avaliação e de acreditação desenvolvidos pela A3ES. Os indicadores estudados são as AC, a sua concordância com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNA-EF), entre outros de cariz científico e curricular, especificamente dos cursos de 1.º ciclo que obtiveram uma acreditação plena por cinco anos. Os dados recolhidos especificamente para este artigo serão comparados com os obtidos por Salgado (2007), re-

lativamente às variáveis de cariz científico. A análise e a discussão dos dados permitem compreender uma certa evolução que vai assumindo a importância crescente da AC nuclear/fundamental do Turismo e da necessidade de se utilizar a teoria do desenvolvimento curricular de modo mais rigoroso nesta área científica.

O estudo procura aferir acerca do estado da educação em Turismo no ES, interpretando as mudanças que estão a ocorrer nos processos em curso no âmbito do PB, sobretudo a nível de avaliação e acreditação dos ciclos de estudos nesta AC. A análise da contribuição dos sistemas de avaliação e acreditação da oferta formativa em Turismo, particularmente nos três ciclos do ensino superior, permite perspetivar a evolução futura desta AC. Assim, primeiro analisamos a importância das AC num plano de estudos em Turismo para depois garantir o necessário equilíbrio do currículo e o conhecimento necessário para fornecer uma perspetiva multidisciplinar ao diplomado. No segundo ponto interpretamos a natureza do perfil dos cursos de ES, que sejam os mais adequados ao nível de ensino, no âmbito de licenciatura. No seguimento analisamos variáveis gerais para caracterizar a oferta formativa existente no ES em Turismo a nível nacional, incluindo uma interpretação dos resultados do trabalho desenvolvido pela A3ES. A análise dos resultados da acreditação levada a cabo, com vista a aferir acerca do cumprimento de todos os requisitos no ES, permite-nos identificar dez cursos de licenciatura, que constituem a nossa amostra de estudo, por terem obtido uma acreditação plena para funcionamento durante cinco anos. Por fim, interpreta-se a importância de cada AC nos estudos em Turismo numa análise reflexiva, que permita tecer considerações pertinentes para a melhoria do modelo formativo e educativo a nível nacional.

2. Áreas científicas na educação em Turismo

O planeamento curricular de um curso de ES exige uma base teórica sólida sobre o desenvolvimento

curricular para melhor se poder escolher entre a pluralidade de modelos educativos disponíveis, que podem basear-se numa perspetiva de cariz mais disciplinar ou multidisciplinar, numa programação mais especializada ou genérica, numa tendência para a normalização ou centralização no currículo mínimo, numa valorização das suas AC fundamentais ou nas de base, numa maior valorização dos seus objetivos e/ou conteúdos, entre outras opções a assumir na organização de um curso.

A *Tourism Society* desenvolveu um modelo em 1981 sob os auspícios do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), que possui competências na harmonização das qualificações na União Europeia (UE). A *Tourism Society* defende a introdução do currículo mínimo comum como a tentativa para desenvolver uma base consensual no ensino em Turismo (Cooper Fletcher, Gilbert & Wanhill, 1998, p. 115). Esta tipologia curricular ajuda os estudantes a compreender melhor a natureza do curso, a indústria a adequar as suas expectativas às qualificações dos graduados e os educadores a estruturar os conteúdos. O *core body of knowledge* proposto pela *Tourism Society* (Cunha, 2003, p. 66) integra várias noções de Turismo: conceitos; desenvolvimento histórico; determinantes e motivações; medidas estatísticas e dimensões; significados; setores integrantes; marketing; planeamento físico e desenvolvimento; organização; finanças. O desenvolvimento do corpo de conhecimentos deve ser flexível, dada a multiplicidade de abordagens europeias (Richards, 1998, p. 3). É importante a definição das áreas nucleares e das especificidades turísticas pelas IES. O currículo mínimo comum é uma questão delicada no contexto europeu, por haver dúvidas relativamente à legitimidade desta estratégia. Apesar do movimento generalizado para a harmonização das qualificações, Richards (1998) questiona-se sobre se haverá: currículo mínimo comum em matéria de Turismo e lazer; conteúdos desse currículo mínimo; controlo sobre os atuais conteúdos; adoção do termo internacional e/ou europeu. Os objetivos educativos nesta matéria são

diversos, dependendo sempre do modelo dominante de organização curricular. A pesquisa científica está associada aos objetivos visados pelo ES, enquanto os objetivos mais específicos se prendem com a formação de tendência profissionalizante nos setores turísticos. Os objetivos curriculares valorizam as componentes educativas no topo do sistema e as componentes mais operativas na sua base.

Por sua vez, o modelo desenvolvido por Jafar Jafari (citado por Cooper et al., 1998, p. 119) constitui uma abordagem simples, inovadora e compreensível, no que respeita à organização do estudo em Turismo desenvolvido nas disciplinas tradicionais. Contudo, na estrutura proposta, identificam-se ainda algumas lacunas curriculares, nomeadamente impactos ambientais, línguas estrangeiras e fundamentos legais. Para Gunn (1998, p. 75), não existindo um modelo único de *curricula*, os especialistas procuram escolher as áreas científicas do sistema formativo em Turismo.

O reconhecimento do Turismo como disciplina exige uma reconfiguração de diferentes grupos de investigadores em áreas afins, que possuem uma relação mais relevante na pesquisa sobre o fenómeno turístico. Smith (1989, pp. 2-14) refere seis temáticas principais abordadas por planeadores e académicos: experiência humana; comportamento social; fenómeno geográfico; recurso; negócio; indústria. O progresso do conhecimento científico sobre o fenómeno turístico é uma realidade e os conteúdos dos planos de estudos dos cursos da área do Turismo refletem uma grande diversidade de áreas das ciências porque este objeto de estudo está no cruzamento de contributos científicos próprio de uma perspetiva multidisciplinar (Cunha, 2003).

De acordo com Brotherton, Woolfenden e Himmetoglu. (1994, p. 111), a organização do currículo encara dois problemas: a falta de informação relativa às técnicas e aos conhecimentos da indústria turística; e a falta do esquema organizacional representativo da educação e da indústria, com vista à validação mútua do currículo escolar. Por exemplo, o estágio é uma oportunidade para fomentar a cooperação, por

estar incorporado na estrutura curricular do curso e proporcionar uma experiência prática de formação *in loco*. Machado (1999, p. 52) afirma que “olhar o estágio como um espaço entre a teoria e a prática, é olhá-lo enquanto espaço integrador, que permite criar a distância reflexiva em relação às nossas próprias teorias implícitas”.

A natureza social e cultural do fenómeno turístico influencia o sistema educativo, bem como a crescente exigência de profissionalização dos recursos humanos, com vista a responder eficazmente ao sistema produtivo. É difícil sintetizar a essência de um currículo e descrever os diferentes conteúdos como obrigatórios ou opcionais (Cooper, Shepherd & Westlake, 1994, p. 123). Na realidade, a organização de um programa pode centrar-se nas perspetivas económicas dos setores da indústria turística e/ou nos conhecimentos das disciplinas tradicionais que interagem com o sistema turístico. A investigação realizada pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 1997, p. 63) revela as áreas de estudo prioritárias, por nível profissional, desde receção, supervisão, gestão intermédia e gestão superior. A área do Turismo é a preferida, exceto a nível de gestão superior, em que é ultrapassada pela área de negócios. As restantes áreas têm um peso mais residual.

Os cursos de Turismo têm uma orientação para a gestão dos negócios ou para as Ciências Sociais. A diversidade de disciplinas reflete a amplitude das qualificações académicas e das experiências de trabalho dos educadores (Cooper, Scales & Westlake, 1992, p. 236). Segundo King (1994, p. 270), as universidades de países em vias de desenvolvimento incluem o Turismo em faculdades de Estudos Empresariais ou de Ciências Sociais. Por exemplo, um curso pode requerer uma cooperação entre as Ciências Sociais, com a sua perspetiva mais incrédula do desenvolvimento turístico, e os estudos dos negócios turísticos, numa abordagem pragmática às técnicas de prestação do serviço turístico. Para a OMT (1995, p. 11), o Turismo é uma área de investigação incluída nas questões sociais, mas ainda não constitui uma ciência social entendida como corpo metódico. É

uma disciplina em desenvolvimento, na qual convergem muitas Ciências Sociais, conferindo-lhe a característica da interdisciplinaridade.

Muitos autores defendem modelos de análise integral do Turismo, como Gunn (1998, pp. 74-75), para quem a pluralidade dos currículos não inclui a dimensão do fenómeno, pois muitos evidenciam apenas a indústria do alojamento. Churchward e Riley (2002, pp.78-81) analisam a relação da indústria turística com a formação profissional, com o objetivo de examinar o conteúdo de cada profissão e a sua ligação aos cursos. As áreas de conhecimento mais valorizadas pelos profissionais são as associadas à gestão da indústria, permitindo compreender apenas a dimensão dos negócios turísticos. Pode constatar-se nalguns cursos a existência de uma orientação curricular de pendor mais social ou empresarial, conforme os casos, no entanto a AC do Turismo vem afirmando-se como predominante em maior número de cursos, sobretudo em Portugal. A existir outra AC fundamental num curso (25% de unidades curriculares) poderá ser, segundo a CNAEF, a de Gestão e Administração ou de Ciências Sociais e do Comportamento, dependendo da orientação curricular.

3. Avaliação e acreditação de cursos em Turismo

O acompanhamento permanente dos resultados académicos constitui uma tarefa indispensável de quem planifica e coordena as ações formativas. A avaliação é o estudo sistemático e objetivo do planeamento, da implementação e da análise dos resultados, ainda em curso ou obtidos. Assim, os propósitos da avaliação são melhorar a política e as intervenções na educação em Turismo, numa perspetiva sistémica a nível nacional.

A seleção dos métodos mais eficazes para avaliar a formação em Turismo deve ser justificada. Fayos-Solá (1995, p. 17) indica que a metodologia da avaliação deve ser rigorosa. Não é apenas uma

questão de encontrar as falhas, mas de as especificar num mapa tridimensional (diversidade de setores da atividade turística, variedade de ocupações em cada setor, variedade de elementos institucionais e culturais das regiões turísticas mundiais). Nesta fase do desenvolvimento curricular interessa a análise da qualidade global do processo educativo e a monitorização das fases intermédias, através do estudo dos resultados intercalares. A acreditação e a validação dos currículos são desafios recentes que carecem de maior experimentação. Por exemplo, a empregabilidade registada pode ser, eventualmente, assumida como um indicador do sucesso formativo dos cursos.

Rosa e Sarrico (2008, p. 380) apontam que “o objetivo da avaliação da qualidade tem vindo a ser deslocado de uma lógica de melhoria da qualidade (do ES) para uma de prestação de contas (das IES) – o primeiro objetivo sendo essencialmente perseguido por académicos e IES e o segundo pelos governos”. De facto, a avaliação da qualidade num currículo, mais que uma necessidade fruto de um conjunto de mudanças emergentes no ensino, é um processo de procura crescente de autonomia, de avaliação de diferentes alternativas e graus de exigência por parte não só das IES como, inclusive, por toda a sociedade. Neste contexto, não é de estranhar que a atenção dos países europeus e da Europa, em si mesma, tenha recaído sobre o desenvolvimento de modelos e sistemas de avaliação da qualidade que apontam claramente para as qualidades extrínsecas do ES.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) considera a importância do contexto, embora reconheça a dificuldade em conseguir mensurar esta premissa. No modelo proposto relativo aos resultados de aprendizagem dos alunos refere que estes “são um produto composto das condições de entrada e do meio ambiente no qual a aprendizagem ocorre” (OECD, 2009, p. 4). Sendo que as ‘condições de entrada’ poderão ser as relativas aos conhecimentos anteriores do aluno, situação socioeconómica, e a componente

do 'meio ambiente' contemplar os locais onde as aprendizagens se desenvolvem, currículo do curso, metodologias pedagógicas adotadas, comportamentos de aprendizagem dos alunos, entre outras. Assim, a noção de qualidade funciona como um princípio orientador do currículo em Turismo. As características da prestação de serviço influenciam a qualidade total da experiência turística e dependem da formação e qualificação dos recursos humanos; pela profundidade dos contactos entre o cliente, o prestador do serviço e a empresa.

De acordo com Amaral (2012), a abordagem pela melhoria da qualidade do ES torna-se mais apetecível para os académicos, pois permite que tenham uma alternativa compatível com as normas e valores académicos, criando uma ponte com a qualidade, permitindo que intervenções externas intrusivas sob o pretexto de sistemas de auditoria rígidas não sejam implementadas.

Neste âmbito, e atendendo à égide legal sobre as questões de avaliação e acreditação, surge o Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto que alude no artigo 52.º, que a acreditação de um ciclo de estudos consiste na verificação do preenchimento dos requisitos legais exigidos para a sua criação e funcionamento. A acreditação abrange todos os estabelecimentos de ES e todos os ciclos de estudos conferentes de grau académico, consubstanciando e objetivando, desta forma, um quadro normativo que salvaguarda as premissas e indicadores fundamentais e necessários à acreditação de um ciclo de estudos. Assim levanta-se apenas o véu às importantes e complexas questões relativas à avaliação e acreditação no ES, que se pretendem aprofundar pelos autores.

4. Perfil dos cursos superiores em Turismo

O perfil pretende constituir-se como um referencial de competências para as várias funções dos setores de atividade turística, composto por

saberes-fazer técnicos, por saberes em termos de conhecimento, e por saberes-fazer sociais e relacionais, requeridos para o desempenho de cada função. Os objetivos prioritários começam por ser definidos e, na sequência da sua enunciação, devem pensar-se os perfis para o desenvolvimento das qualificações.

A formação superior em Turismo registou, desde o seu início em 1986, um acentuado crescimento, quer em termos de oferta de cursos, quer de procura pelos candidatos. Segundo Gonçalves et al. (2005, pp. 5-6) pode considerar-se que as competências (Quadro 1) a adquirir em qualquer formação superior, nesta área, devem ser adequadas ao grau conferido, e também relacionar-se, no 1.º ciclo, com "a supervisão de operacionais e/ou responsabilidade pela aplicação e transmissão de um saber pericial especializado de nível médio-superior. [...] A nível de licenciatura pode observar-se a presença de competências gerais de natureza instrumental e de enquadramento da atividade; interpessoais e de gestão de recursos humanos; e sistémicas e conceptuais."

O turismo baseia-se num conjunto de atividades de serviços na atual civilização do ócio, entendido como fenómeno complexo que inclui variáveis culturais, económicas, ecológicas, políticas, sociais, tecnológicas, entre outras. As suas diversas definições tendem a refletir as opiniões dos profissionais dos vários setores envolvidos e dos restantes intervenientes na educação turística. Estes pressupostos ajudam a compreender as competências específicas necessárias à formação superior (Gonçalves et al., 2005, pp. 12-17). Para o primeiro ciclo, são definidas como adequadas as competências de natureza mais genérica, enquanto se preconizam formações mais específicas para o segundo, necessariamente associadas à aquisição de competências a nível da gestão de recursos e produtos, de destinos e mercados, e ainda de outros domínios funcionais.

A caracterização dos perfis de qualificação das figuras profissionais do setor pretende alcançar alguma normalização na descrição das tarefas realizadas pelas diversas figuras profissionais, procurando-se seguir a sequência lógico-temporal do respetivo

Quadro 1 | Perfis profissionais

Subáreas	Perfil	Subsistema	Prescritores dos principais atos
Turismo	Técnico de Turismo (generalista)	Universidade e politécnico	Coordenação e operacionalização de atividades/operações turísticas em instituições públicas e privadas.
	Técnico de Turismo (especialista)	Universidade e politécnico	Conceção, organização e gestão de operações turísticas especializadas.
	Guia intérprete nacional	Universidade e politécnico	Profissional de informação turística capaz de interpretar e comunicar o território turístico e acompanhar turistas em grupo ou individuais.
	Guia intérprete especialista	Universidade e politécnico	Guia Intérprete Nacional especializado em regiões e/ou produtos (e.g. Correio de Turismo, Guia de Arte, Guia do Património Natural, Guia de Museu, etc.)
Hotelaria	Técnico de gestão hoteleira	Universidade e politécnico	Coordenação e controlo das diferentes áreas funcionais das empresas/unidades de alojamento e direção de unidades de média e pequena dimensão.
	Diretor de hotel	Universidade e politécnico	Direção e administração de diferentes tipos de empresas/unidades de alojamento de grande dimensão.
Restauração	Técnico de produção alimentar em restauração	Universidade e politécnico	Gestão da produção alimentar e controlo de qualidade em restauração social ou coletiva
	Gestor de restauração	Universidade e politécnico	Direção e administração de unidades de restauração social ou coletiva.
	Chefe de cozinha	Universidade e politécnico	Gestão da produção alimentar em unidades de restauração social de nível superior, utilizando procedimentos e tecnologias conducentes à inovação e à preservação de elevados padrões gastronómicos.

Fonte: Gonçalves et al. (2005, p. 6).

processo de trabalho, adotando para todas elas, o mesmo eixo de referência: interface a montante; preparação da produção; produção; interface a jusante". A nível nacional destacam-se dois estudos setoriais (INOFOR, 1999; IQF, 2005): *Hotelaria em Portugal: Evolução das qualificações e diagnóstico das necessidades de formação no setor da hotelaria e turismo em Portugal: Evolução das qualificações e diagnóstico das necessidades de formação*.

O estudo *Perfis profissionais prospetivos para o setor da hotelaria em Portugal* (INOFOR, 1999) sugere que ao nível da gestão de topo (diretor de hotel) e da gestão funcional (diretor de alojamento e diretor de alimentação e bebidas), os perfis apresentam como requisito preferencial a formação superior na área da hotelaria, sendo fundamental possuir experiência em alojamentos e em alimentação e bebidas, respetivamente. Os diplomados do primeiro ciclo adquirem as competências necessárias ao desempenho de funções qualificadas a nível de diversas chefias

intermédias, em grandes e médias unidades hoteleiras. Podem desempenhar funções de assistente de direção, no caso de pequenas e médias empresas (PME) ou de gestor de microunidades. A tendência para formas de alimentação que não privilegiam apenas a saúde, mas que conciliam o prazer e o lazer, o aumento do consumo das refeições fora de casa, a consolidação de novos hábitos alimentares ou a crescente relação de importância do consumo como forma de distinção social, colocam grandes desafios à restauração e à qualificação dos seus recursos humanos. Os diplomados do primeiro ciclo deverão adquirir as competências necessárias ao desempenho de funções qualificadas de gestão sectorial, ou de direção em unidades de pequena ou média dimensão.

O desenvolvimento curricular nos cursos de formação inicial de nível VI (1.º ciclo do ES) constitui o objeto essencial a analisar neste artigo. Considera-se haver interesse em investigar o turismo no ES, pois

é cada vez mais importante em termos quantitativos e, daí, ter sido uma área escolhida para uma avaliação e acreditação integral pela A3ES no ano letivo 2012-13.

Para Salgado (2007, p. 390), é necessário ser rigoroso no planeamento curricular, que começa pela definição de princípios com vista à melhor estrutura e, subsequentemente, eficaz implantação de cada curso. Neste sentido, interessa conhecer as diversas AC que incluem as disciplinas do plano de estudos e, também, saber qual foi o critério que presidiu à escolha das mesmas. Verifica-se que esses pressupostos científicos nem sempre têm sido respeitados, visto que, no estudo de Salgado (2007), apenas onze (31,4%) cursos apresentam a necessária fundamentação curricular, supondo-se que esta assentou em princípios de organização científica, como seria de esperar.

Comparando, contudo, a distribuição da sua percentagem com a prescrita pelo modelo (cf. na Figura 1 a barra de ECTS) apresentado pelo Grupo de Trabalho do Turismo, (Gonçalves et al., 2005), verificam-se algumas discrepâncias, quer com os 39 cursos do universo estudado, quer com a amostra dos onze cursos que apresentam a sua fundamentação curricular. Este grupo pretendeu definir um modelo para se adequarem os cursos de Turismo ao PB, que postula uma formação de licenciatura em seis semestres (180 créditos).

Verifica-se que as disciplinas da área do conhecimento e de especialização (Figura 1) apresentam um défice de 15% em relação ao modelo proposto por esse grupo de trabalho. Considerando o universo dos 39 cursos (1.684 disciplinas) que funcionaram no ano letivo de 2003/04, constata-se que o défice é maior no respeitante às disciplinas específicas de formação em Turismo (19,4%). Também, as ciências de base têm maior importância nesses 39 cursos (56,4%) se comparadas com o modelo de distribuição percentual de ECTS por áreas (30%). No caso dos onze cursos verifica-se uma descida para os 39%, aproximando-se do modelo proposto para a reestruturação curricular. Conclui-se que a organização prévia das AC, a incluir no currículo, conduz a uma solução mais equilibrada para qualquer curso. É uma metodologia indispensável à organização atual dos currículos dos cursos, de acordo com os modelos de organização curricular e, também, com as orientações, quer da tutela do ES, quer dos grupos de trabalho criados para garantir a melhor inserção institucional no PB, que torna mais interativo o espaço europeu neste âmbito educativo.

As cinco áreas atrás referidas, sendo de natureza mais genérica, subdividem-se em trinta matérias científicas, no que concerne aos já referidos onze cursos (Salgado, 2007: 391). Neles existe uma ampla diversidade nas designações dessas matérias (e.g. formação prática, gestão, ciências sociais, formação

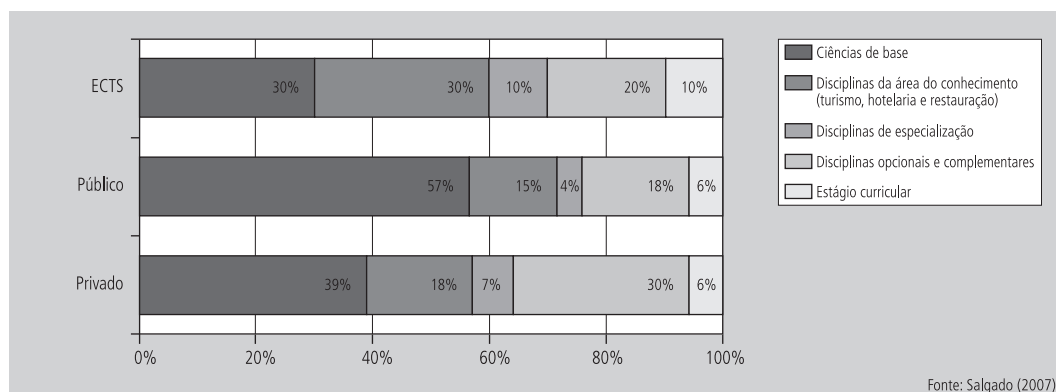


Figura 1 | Distribuição das disciplinas e de ECTS por áreas.

cultural geral, línguas, ...), o que indica, uma vez mais, a excessiva fragmentação dos grupos curriculares que constituem os *currícula* em Turismo. Os dados não foram agregados porque se deseja revelar a verdadeira dimensão da referida diversidade de designações. É uma abundância também confirmada no universo dos 39 cursos. Este diagnóstico revela mais um desafio relevante a resolver pela comunidade científica, em reunião que congregue os responsáveis de curso e, assim, todas as experiências que sejam reveladoras das melhores práticas académicas. Na realidade, é mais um forte argumento em defesa da tese que visa implementar uma sólida estrutura organizacional em rede no ES do Turismo.

A análise das AC nucleares assume uma importância essencial na estrutura dos *currícula* (Salgado, 2007, p. 392). A figura 2 apresenta as AC detetadas, sendo que Turismo representa 33%, a Gestão Hoteleira 14% e a Gestão 10%. Com apenas um registo, surgem as seguintes áreas científicas: Turismo e Desenvolvimento; Planeamento Turístico; Planeamento de Desenvolvimento Turístico; Línguas, História e Geografia; Línguas; Humanidades; Hotelaria; Gestão de Alimentação e Bebidas; Cultura. A tendência para a diversidade de designações reforça-se também na área nuclear, o que constitui um argumento, pela negativa, sobre a necessidade de promover a organização em rede da formação e investigação em Turismo. Tal permitirá a obtenção de uma maior

uniformidade, fundamental para o reconhecimento do Turismo como disciplina académica. Uma homogeneidade de perspetivas poderia ser um objetivo do trabalho de adequação dos cursos, que obriga à definição rigorosa da área científica nuclear em cada um deles, subscrita pela tutela como norma fundamental a ter presente pelas IES.

Também se recolheram dados sobre a natureza e orientação dos cursos (Salgado, 2007, p. 395). Uma organização científica melhor justificada dos currículos verificou-se em apenas em 31,4% dos cursos, onde é possível verificar ainda alguma desvalorização das disciplinas da área do conhecimento e de especialização em Turismo, em relação ao modelo proposto pelo grupo de trabalho do PB. Contudo, quando a análise abrange o universo de 39 planos de estudos, ela mostra que o défice aumenta consideravelmente. A ampla diversidade das designações nas AC determina uma excessiva fragmentação das matérias. Por exemplo, a AC nuclear é referida por somente 60% dos responsáveis de curso entrevistados e o Turismo recolhe cerca da terça parte das referências. Atualmente é obrigatória a identificação da área considerada predominante do curso, que tem o mesmo sentido da área nuclear estudada por Salgado (2007). De acordo com a opção da AC nuclear, as razões da sua escolha estão, essencialmente, associadas à natureza do próprio curso (30%), conforme opinião dos coordenadores de curso. Quando se trata de interpretar o fenómeno turístico, existem atores académicos que sobrevalorizam a vertente económica sobre a social ou vice-versa, situação que se projeta nos cursos. A estrutura do currículo reflete, sempre, a tendência que lhe subjaz. O que se constata é que na orientação curricular predominante as Ciências Empresariais (60% dos cursos) excedem as Sociais (40%). Porém, a falta de uma centralidade unânime no Turismo (ou numa das suas componentes – e.g. Hotelaria) e de uma consensualização sobre as AC adequadas no currículo multidisciplinar, pode comprometer os objetivos do ES nesta área. Este trabalho de definição de um modelo educativo poderá ser realizado no contexto

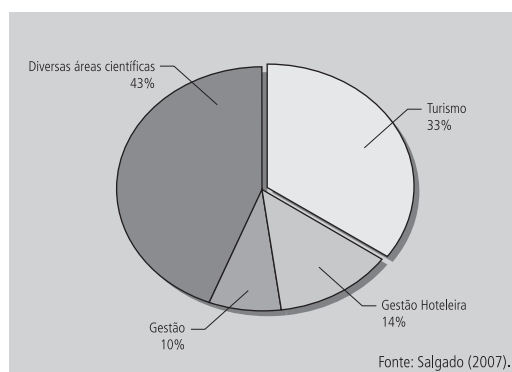


Figura 2 | Áreas científicas consideradas nucleares no currículo.

nacional e integrar todos os responsáveis de curso que manifestam o interesse e a utilidade de atuar em rede, nomeadamente para resolver o ainda problemático enquadramento científico que conduz à variedade de modelos organizativos do currículo.

Segundo Costa, Umbelino e Amorim (2012, p. 54), considerando os planos curriculares da totalidade dos cursos de 1.º ciclo em Turismo, “as disciplinas gerais do Turismo representam 23% do curso e as disciplinas específicas de gestão e planeamento 18%. No entanto, quando consideradas as outras áreas, os “idiomas estrangeiros” representam 19%, as “ciências económicas e empresarias” representam 16% das disciplinas dos cursos, as “ciências sociais e humanas” 10% e as “outras” 7%. Para estes autores o ensino universitário releva as disciplinas gerais do Turismo (30,74% contra 21,41% nos politécnicos), seguidas do Turismo e Gestão em Turismo (16,30%) que, porém, apresenta um percentual menor do que no ensino politécnico (18,22%). Concluem que, em Portugal, “os cursos em Turismo com saídas profissionais para a gestão pública e/ou áreas que envolvam gestão e planeamento do turismo, possuem um foco de formação na área de Gestão e Planeamento em Turismo e nas Ciências Económicas e Sociais. Estes dados são positivos uma vez que, apesar de as disciplinas de entrada estarem concentradas na área das ‘ciências humanas e sociais’, estes mesmos cursos possuem planos de estudos com fortes componentes nas áreas das ‘ciências económicas e empresariais’, o que demonstra incoerência com a solicitação de entrada, mas coerência com a proposta profissional” (Costa et al., 2012, p. 55).

A necessidade de normalização curricular e de harmonização de qualificações é reflexo da excessiva diversidade. O currículo mínimo comum garante resultados formativos comparáveis, de modo a responder mais eficazmente aos requisitos profissionais do mercado de emprego. O esquema da normalização das qualificações está relacionado com os perfis padrão nos empregos. A centralidade e a liberdade de organização curricular constituem tendências díspares, com debilidades e potencialidades que continuarão a dividir

os especialistas. Em geral, os objetivos curriculares assumem uma natureza ampla e complexa e resultam da necessidade de estabelecer metas, com base nos critérios justificativos. Numa análise macro, os objetivos estão associados à compreensão e resolução de problemas do turismo no seu relacionamento com a economia e a sociedade, extensível também à problemática da formação dos profissionais.

5. Estrutura científica nos cursos de 1.º ciclo de Turismo em Portugal

No seguimento da análise teórica efetuada nas duas secções iniciais e da exposição de alguns dados do estudo de Salgado (2007), no ponto 3, de forma a permitir um conhecimento prévio da importância das AC no espectro dos cursos de Turismo no ES nos subsistemas universitário e politécnico portugueses, tanto no setor público como privado, aborda-se agora um conjunto de indicadores atuais para procurar responder a algumas questões de natureza científica e curricular.

Neste sentido, e fazendo ligação a estudos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito do Turismo (cf. Salgado, 2007), interessa analisar a oferta formativa global dos cursos do 1.º ciclo do ES, pelo que se apresenta na figura 3 a oferta de vagas disponibilizadas pelas IES. Estamos em presença de uma série estatística de 28 anos letivos que mostra a evolução e a importância quantitativa desta área do conhecimento em Portugal. Na abertura do ano letivo 2013/14 contabiliza-se um total de 2.925 vagas da área do Turismo, pelo que representa cerca de 3,9% da oferta de vagas do ES a nível nacional.

Numa análise preliminar à 1ª fase de candidatura ao ES em 2013/14 constatamos que houve uma taxa de colocação nos cursos públicos em Turismo de cerca de 72,2%, com 1.253 colocados a nível nacional. Destaca-se que em alguns dos dez cursos em funcionamento pós-laboral houve uma procura diminuta, facto que coloca em dúvida a sua viabili-

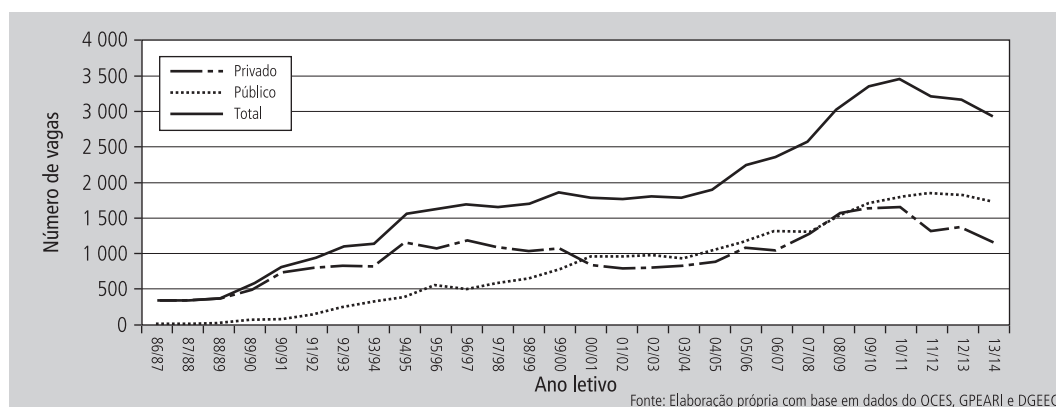


Figura 3 | Vagas no ES na área do Turismo.

dade futura, porém a taxa de cobertura total neste regime foi de 74,7% resultante do preenchimento total de alguns cursos em áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Os dados quantitativos disponíveis permitem facilmente concluir sobre a urgência de uma reorganização da oferta formativa no ES em Turismo e que também considere a especificidade dos cursos de perfil mais especialista do subdomínio da Gestão Turística.

A pesquisa no *site* da A3ES permite fazer um ponto de situação dos cursos de 1.º ciclo relativamente à sua situação de avaliação e acreditação.

No âmbito do presente trabalho, e tendo por base as 69 licenciaturas existentes em 2014, considera-se que os cursos existentes em 2013/14 situam-se nas seguintes áreas de estudo da CNAEF (Portaria n.º 256/2005, de 16 de março): seis em Gestão e Administração; 14 em Hotelaria e Restauração; 49 em Turismo e Lazer). Estes cursos situam-se em IES públicas (52) e privadas (17).

No quadro 2 podemos observar os dez cursos de licenciatura, por área CNAEF, que possuem uma acreditação plena (cinco anos) em janeiro de 2014 e que são analisados em termos da sua estrutura cien-

Quadro 2 | Licenciaturas acreditadas por 5 anos

IES - UO	Licenciatura	CNAEF	AC CNAEF	Data da acreditação
Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Restauração e Catering	811	Hotelaria e Restauração	11-10-2013
Universidade Europeia	Gestão Hoteleira	811	Hotelaria e Restauração	31-07-2012
Instituto Superior de Administração e Gestão	Gestão Hoteleira	811	Hotelaria e Restauração	21-08-2012
Instituto Superior de Ciências da Administração	Gestão Hoteleira	811	Hotelaria e Restauração	06-06-2012
Universidade de Aveiro	Turismo	812	Turismo e Lazer	03-07-2013
Instituto Politécnico de Beja – Escola Superior de Tecnologia e de Gestão	Turismo	812	Turismo e Lazer	01-11-2013
Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Turismo	812	Turismo e Lazer	11-10-2013
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Turismo (regime pós-laboral)	812	Turismo e Lazer	13-12-2013
Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Turismo	812	Turismo e Lazer	13-12-2013
Instituto Superior de Administração e Gestão	Turismo	812	Turismo e Lazer	21-08-2012

Fonte: Elaboração própria com base em A3ES.

tífica e curricular. Numa primeira análise referimos que representam apenas 15% dos cursos de 1.º ciclo na área do Turismo e são ministrados em IES públicas (seis) e em privadas (quatro). Outra evidência é que a maioria destes cursos está a ser lecionada no subsistema politécnico (oito). Assim, constata-se que quatro cursos se enquadram na CNAEF em Hotelaria e Restauração (um público e três privados) e seis em Turismo e Lazer (cinco públicos e um privado).

Em termos de AC fundamentais (no mínimo 25% de ECTS do curso) contabilizam-se seis designações: Gestão (duas vezes); Estudos do Turismo (duas vezes); Turismo (duas vezes); Turismo e Lazer; Hotelaria e Restauração; Hotelaria. O curso de Gestão Hoteleira da Universidade Europeia não possui nenhuma AC fundamental por não cumprir o critério. Em média existem 9,5 AC por curso, sendo o valor mínimo 5 (Turismo no Instituto Politécnico de Viana do Castelo – 2 registos) e o máximo 16 (Gestão Hoteleira na Universidade Europeia). Apenas quatro dos cursos utilizam a CNAEF para a nomenclatura das AC.

A UC de Estágio existe em seis cursos com uma média de 9 ECTS, sendo o valor mínimo 5 e o máximo 15. Dois destes seis cursos têm dois estágios, que são optativos com Projeto, situação que ocorre noutros três cursos com Estágio. Por sua vez, o Projeto existe como UC em oito cursos com uma atribuição média de 8,5 ECTS, sendo o valor máximo 10 (quatro registos) e o mínimo 6 (dois registos). Estes dois tipos de UC revestem-se de um cariz mais transversal e de síntese do conhecimento disciplinar, pelo que mereceu esta referência particular. Salienta-se ainda que, em regra, estas UC estão enquadradas na AC fundamental do curso mas existem algumas exceções, que merecem uma análise crítica pela função integradora e de aplicação destas duas UC. Também é habitual situarem-se na parte final da estrutura curricular, incluídas no sexto semestre, exceção no caso de haver dois Estágio/Projeto que inclui também o quarto semestre.

Este exercício de análise das AC de dez licenciaturas permite contabilizar 43 designações diferentes, conforme exposição no quadro 3. Entre as referidas

AC constata-se quinze que não possuem uma relação direta com as designações da CNAEF mas que, em regra, poderiam ser adequadas. Refere-se ainda que existem 70 ECTS que foram situados na AC Optativas por serem escolhas de diferentes AC. As principais AC são Turismo e Lazer (inclui três designações – Estudos do Turismo, Turismo, Turismo e Lazer) com 409 ECTS, Gestão e Administração (inclui 2 designações – Gestão, Gestão e Administração)

Quadro 3 | Áreas científicas

Áreas Científicas	Código	ECTS
Arquitetura e Urbanismo	581	5
Belas-artes	211	6
Ciências do Ambiente	422	6
Ciências Económicas		24
Ciências Empresariais	340	24
Ciências Empresariais – NCAF	349	65
Ciências Informáticas	481	12
Ciências Sociais e Humanas		84
Comércio	341	0
Comunicação		5
Contabilidade		30
Contabilidade e Fiscalidade	344	18
Desenvolvimento Pessoal	90	7
Direito	380	35,5
Economia	314	30
Engenharia e Gestão Industrial		6
Enquadramento na Organização/Empresa	347	
Estatística	462	17
Estudos do Turismo		134
Finanças, Banca e Seguros	343	6
Gestão		244
Gestão e Administração	345	32
História		12
História e Arqueologia	225	23
Hotelaria e Restauração	811	130
Hotelaria		52
Informática		24
Informática na Ótica do Utilizador	482	
Língua e Literatura Materna	223	3
Línguas		68,5
Línguas Aplicadas e Comunicação		56
Línguas e Literaturas Estrangeiras	222	60
Línguas Modernas		80
Marketing		12
Marketing e Publicidade	342	26
Matemática	461	42
Nutrição		10
Optativas		70
Segurança e Higiene no Trabalho	862	10
Sociologia e Outros Estudos	312	33
Tecnologias da Informação		11
Terapia e Reabilitação	726	12
Turismo		125
Turismo e Lazer	812	150

Fonte: Elaboração própria com base em A3ES.

com 276 ECTS, bem como Hotelaria e Restauração (inclui duas designações – Hotelaria e Restauração, Hotelaria) com 182 ECTS. O conjunto destas três AC representa 48,2% dos ECTS nos dez cursos.

A análise aos *curricula* dos cursos sugere que, em geral, compreendem muitas AC e UC diferentes. Porém, as componentes disciplinares do *core* do corpo de conhecimento da área científica do Turismo são nos domínios do Turismo e Lazer, da Hotelaria e Restauração e da Gestão e Administração. Nas restantes AC destacam-se ainda as Línguas com 267,5 ECTS (14,8%), resultante da soma de cinco AC diferentes (Língua e Literatura Materna, Línguas, Línguas Aplicadas e Comunicação, Línguas e Literaturas Estrangeiras, Línguas Modernas).

Continua a verificar-se uma diversidade significativa de AC e componentes disciplinares, pelo que esta constatação também se reflete na considerável variedade das designações dos 69 cursos (treze diferentes nas três áreas da CNAEF – Turismo e Lazer, Hotelaria e Restauração, Gestão e Administração). Estes factos contribuem para uma certa confusão e falta de legibilidade e comparabilidade nestas ofertas formativas, que resultam em parte da dificuldade da escolha das AC principais e secundárias das licenciaturas e, conseqüentemente, do enquadramento científico e da organização disciplinar das UC. A já referida diversidade é uma característica do Turismo, o que nos levanta um conjunto de questões relevantes para as quais procuramos dar algumas pistas nas conclusões.

6. Conclusões

No ES podemos considerar que desde 1986/87 até 2006/07 tivemos uma realidade de crescimento exponencial no turismo. A partir desta etapa verificou-se uma adaptação dos cursos aos requisitos do PB, pelo que se esperou uma certa normalização curricular e modernização pedagógica centrada no aprendente. Chegados a 2014 entramos numa

3.ª etapa após a avaliação e acreditação de toda a oferta formativa no ES em Turismo, pelo que esperamos que se verifique um esforço considerável com vista à melhoria progressiva da qualidade de todos os cursos com vista à sua acreditação plena.

Os vinte anos de crescimento conduziram progressivamente a uma considerável diversidade de cursos na área do Turismo, até à implementação do PB. Constatam-se diferentes concepções e orientações dos *curricula*, facto que coloca atualmente importantes desafios a uma área de conhecimento que representa cerca de 3,9% da oferta de vagas de licenciatura. Os estudos realizados pelos autores deste artigo permitem algumas ilações necessárias à melhoria da política educativa a nível nacional, bem como tirar melhor partido do trabalho realizado pela A3ES. Esta Agência encontra-se ainda a ultimar algumas decisões sobre a qualidade e o cumprimento dos requisitos legais de cursos superiores na área do Turismo, pois estes cursos foram avaliados no ano letivo 2012-13. Consideramos que o nosso objetivo de estudar o efeito da avaliação e acreditação nesta área de conhecimento fica aquém do desejado, pelo que esperamos poder analisar criticamente outros efeitos dos resultados que vierem a ser publicados brevemente.

Neste âmbito, destacamos o trabalho de Gonçalves et al. (2005) por ter pretendido servir de base à adequação dos cursos ao PB na área do Turismo. Este trabalho prescrevia que para o primeiro ciclo seriam definidas como adequadas as competências de natureza mais genérica, enquanto se preconizavam formações mais específicas para o segundo, necessariamente associadas à aquisição de competências a nível da gestão de recursos e produtos, de destinos e mercados, e ainda de outros domínios funcionais. Ou seja, as licenciaturas que se encaixam neste perfil mais especializado poderiam ser equacionadas. Assim, mantem-se a questão de assumir se uma licenciatura na área do Turismo deve providenciar uma visão multidisciplinar ou, por outro lado, uma perspetiva dominante das Ciências Empresariais, por exemplo. Esta é uma discussão pendente entre

o perfil generalista *versus* o perfil especialista no 1.º ciclo.

A análise dos dados referentes a dez licenciaturas permitiu registar 43 designações diferentes de AC, sendo que 28 possuem designações da CNAEF. As principais AC são Turismo e Lazer, Gestão e Administração, Hotelaria e Restauração e Línguas e Literaturas Estrangeiras, que representam no conjunto 56,8% de ECTS. Consideramos que a utilização de uma classificação de cariz científico para a afetação das AC e, conseqüentemente, das UC, seria conveniente. Neste caso pensamos que o uso da CNAEF seria uma mais-valia pois poderia permitir a ligação às áreas de enquadramento dos cursos e, assim, fomentar uma maior comparação entre cursos na mesma área do conhecimento.

Os perfis profissionais no turismo, na hotelaria e na restauração deverão estar em concordância com os perfis científicos e curriculares dos cursos de 1.º ciclo, com o intuito do sistema educativo nacional dar respostas mais eficazes ao mercado do emprego? Esta seria uma questão de investigação interessante, entre outras, que poderão levar a investigar sobre a realidade dos cursos que têm diferente enquadramento educativo e logo orientações científicas e curriculares particulares, como nos casos do Turismo e Lazer, Hotelaria e Restauração e Gestão e Administração. No seguimento, considera-se a possibilidade de outra questão interessante de investigação no âmbito da análise dos perfis científicos e curriculares, no âmbito do Turismo, e a sua concordância com os perfis profissionais.

Referências bibliográficas

- A3ES (2014). *Acreditação de ciclos de estudos*. Acedido em 3 de fevereiro de 2014, disponível em <http://www.a3es.pt/pt/acreditacao-e-auditoria/resultados-dos-processos-de-acreditacao/acreditacao-de-ciclos-de-estudos>
- Amaral, A. (2012, October 11/13). Recent trends in quality assurance. Paper presented at the A3ES and CIPES Conference "Recent Trends in Quality Assurance", Porto.
- Brotherton, B., Woolfenden, G., & Himmetoglu, B. (1994). Developing human resources for Turkey's tourism industry in the 1990s. *Tourism Management*, 15(2), 109-116.
- Churchward, J., Riley, M. (2002). Tourism occupations and education: An Exploration study. *International Journal of Tourism Research*, 4 (2), 77-86.
- Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D., & Wanhill, S. (1998). *Tourism: Principles and practice* (2nd Ed.). Essex: Longman.
- Cooper, C., Scales, R., & Westlake, J. (1992). The anatomy of tourism and hospitality educators in the UK. *Tourism Management*, 13(2), 234-241.
- Cooper, C., Shepherd, R., & Westlake, J. (1994). *Tourism and hospitality education*. Guildford: University of Surrey.
- Costa, C., Umbelino, J., & Amorim, E. (2012). A relação entre a formação superior em Turismo e o planeamento turístico: O caso português. *Revista de Cultura e Turismo*, 6(2), 43-59.
- Cunha, L. (2003). Licenciatura em Turismo da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. *Revista de Humanidades e Tecnologias*, 9, 77-88.
- Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto (Regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior). Diário da República n.º 151/2013 - 1.ª série-B, pp. 4749-4772.
- Fayos-Solá, E. (1995). Education and training in the new age of tourism: the vision of the World Tourism Organization. In G. Richards (Ed.), *European tourism and leisure education: Trends and prospects* (pp. 3-15). Tilburg: Tilburg University Press.
- Gonçalves, E., Lima, C., Completo, F., Serra, F., Ferraz, J., Umbelino, J., Rodrigues, P., & Anselmo, R. (2005). *Implementação do Processo de Bolonha: PGTT*. Lisboa: CCISP.
- Gunn, C. A. (1998). Issues in tourism curricula. *Journal of Travel Research*, 26(4), 74-77.
- IQF (2005). *O Turismo em Portugal: Evolução das qualificações e diagnóstico das necessidades de formação*. Lisboa: IQF.
- INOFOR (1999). *Hotelaria em Portugal: Evolução das qualificações e diagnóstico das necessidades de formação*. Lisboa: UNL/FCSH.
- King, B. (1994). Tourism higher education in island microstates: The case of South Pacific. *Tourism Management*, 15(4), 267-272.
- Machado, C. G. (1999). O estágio pedagógico na formação inicial de professores: Um espaço entre a teoria e a prática, entre a idealidade e a realidade. In SPCE (Ed.), *Investigar e formar em educação* (pp. 49-53). Porto: SPCE.
- MEC (2014). Estatísticas do ensino superior. Acedido em 3 de fevereiro de 2014, disponível em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/18>
- OECD (2009). *Analytical framework for the contextual dimension of the AHELO feasibility study*. Paris: OECD.
- OMT (1995). *Educando educadores en Turismo*. Madrid: Instituto de Turismo, Empresa y Sociedad y Universidad Politécnica de Valencia.
- OMT (1997). *An introduction to Tedqual: A Methodology for quality in tourism education and training*. Madrid: OMT.
- Portaria n.º 256/2005, de 16 de março. Diário da República n.º 53/2005 - 1.ª série-B, pp. 2281-2313.
- Richards, G. (1998). A European network for tourism education. *Tourism Management*, 19(1), 1-4.
- Rosa, M., & Sarrico, C. (2008). Qualidade e acreditação no ensino superior: Modelos e tendências actuais. *Conselho Nacional de Educação*, 377-402.
- Salgado, M. A. B. (2007). *Educação e organização curricular em Turismo no ensino superior português*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Smith, S. L. J. (1989). *Tourism analysis: A handbook*. Harlow: Longman.